

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i1.40529>

“Macumbeiro não vai ter um centavo”: controle moral de recursos públicos sob o bolsonarismo

“Neither a cent for macumbeiro”: about moral control over public budget under bolsonarism

“Macumbeiro no tendrá ni un centavo”: sobre el control moral de los recursos públicos bajo el bolsonarismo

Henrique Rodrigues Moreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo Tendo como pano de fundo uma declaração de Sérgio Camargo, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, o artigo percorre as características do “bolsonarismo” e sua relação com determinados grupos políticos e movimentos sociais. Recorrendo à sociologia econômica, propõe-se que os fundamentos que sustentam a hostilidade relacional e desrespeito cultural com estes grupos são transpostos para processos os quais envolvem a transferência de recursos, bens e/ou serviços do erário. Conclui que há ideias, em alguns casos traduzidas em ações práticas, que nos permitem falar em um interesse discriminatório e moral na distribuição de recursos públicos, em flagrante descumprimento de diplomas legais e colocando em risco os avanços realizados pelo Estado brasileiro no que diz respeito às Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Palavras-chave: sociologia econômica, igualdade racial, orçamento público, bolsonarismo.



Abstract Discussing a statement made by the former president of the Fundação Cultural Palmares, the article covers the characteristics of “Bolsonarism” and its relations with certain political groups and social movements. Taking use of economic sociology, it is proposed that the foundations that support relational hostility and cultural disrespect against these groups are transposed into processes which involves the transfer of resources, goods and services from the public budget. It concludes that there are ideas, in some cases translated into practical actions, that allow us to speak of a discriminatory and moral interest in the distribution of public resources, in flagrant non-compliance with legal diplomas and endangering the advances made by the Brazilian State with regard to the Policies for the Promotion of Racial Equality.

Keywords: economic sociology, racial equality, public budget, bolsonarism.

Resumen En el contexto de una declaración del expresidente de la Fundação Cultural Palmares, el artículo cubre las características del “bolsonarismo” y sus relaciones con determinados grupos y movimientos sociales. A partir de la sociología económica relacional, se propone que los fundamentos que sustentan la hostilidad relacional y la falta de respeto cultural hacia estos grupos se trasladen a procesos que involucran la transferencia de recursos, bienes y servicios del erario público. Concluye que existen ideas, en algunos casos traducidas en acciones prácticas, que nos permiten hablar de un interés moral y discriminatorio en la distribución de los recursos públicos, en flagrante incumplimiento de los títulos legales y poniendo en peligro los avances realizados por el Estado brasileño con respecto a las Políticas para la Promoción de la Igualdad Racial.

Palabras-clave: sociología económica, igualdad racial, presupuesto público, bolsonarismo.

Recebido em 16-04-2023

Modificado em 06-07-2023

Aceito para publicação em 15-12-2023

Introdução¹

Indicadores sociais que nos permitem recortar dados socioeconômicos por grupos de raça/cor apontam, inequivocamente, para a persistência do racismo estrutural no Brasil, impondo à população negra desvantagens no acesso: ao mercado de trabalho e renda (Osório, 2021), à escolarização, aos serviços de saúde, saneamento básico e habitação (IBGE, 2019; 2022; Rios, Campos & Lima, 2022). Não bastassem os absurdos que estes dados denunciam sobre o quadro contemporâneo, eles também apontam para a persistência das nossas desigualdades étnico-raciais ao longo do tempo (Heringer, 2002; 2003).

Os dados revelam a necessidade de produção de políticas públicas que sejam focalizadas e aplicadas segundo critérios raciais. Em cumprimento dessa constatação, a intensa atuação do movimento negro e a articulação com a política institucional/partidária² obrigaram o Estado brasileiro ao reconhecimento de tais desigualdades e a ineficácia, para tais propósitos, das políticas e dos discursos de cunho “universal” (Neves, 2005:89).

O rompimento com a visão de um país racialmente harmonizado e o reconhecimento de um país conflituoso quanto às relações étnico-raciais (Silvério & Trinidad, 2012) nos legou a formulação de variadas políticas de promoção da igualdade racial – a própria Constituição Federal é considerada um divisor de águas (Silvério & Trinidad, 2012), muito em parte pela atuação propositiva do movimento negro na Assembleia Constituinte (Neves, 2005).

Como exemplo disso, tem-se a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial pelo governo Lula, em 2003, enquanto que na seara de diplomas legais também se podem citar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio; o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; e o Estatuto da Igualdade Racial, cuja origem também remonta ao início dos anos 2000 (Moreira, 2021), mas que foi promulgado apenas em 2010 e completou, recentemente, sua primeira década de vigência.

Outro marco é, contudo, bem anterior a estas políticas, precedendo, inclusive, a própria Constituição Federal: a criação da Fundação Cultural Palmares, em 1988. A FCP foi criada “[...] com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (Brasil, 1988), inaugurando, no contexto de redemocratização, “[...] uma nova etapa no tratamento da questão racial” (Jaccoud, 2009:26).

1 Agradeço as valorosas críticas e contribuições dos(as) pareceristas anônimos(as). Falhas e limitações remanescentes na versão publicada são de minha inteira responsabilidade.

2 Silva, Calmon e Silva (2021) descrevem, em amplo estudo, os principais eventos e condicionantes da institucionalização dessa agenda no governo federal, de 1988 a 2014.

Assim como todas as políticas sociais que a gestão de Jair Bolsonaro ousou tocar, a FCP sofreu um revés. Se a autarquia surgira, no passado, como resposta às demandas do movimento negro organizado e permaneceu como símbolo de um compromisso (ao menos formal) do Estado brasileiro em assumir políticas de valorização da identidade e cultura afro-brasileiras, sua condução pelo governo Bolsonaro foi alvo de críticas e a instituição foi colocada no centro de polêmicas e controvérsias.

Em uma delas, seu então presidente, Sérgio Camargo, declarou que de sua gestão “macumbeiro não [teria] um centavo”. Tal afirmação não pode ser vista de maneira isolada: ela compõe uma agenda de governo e um projeto de país que pretenderam (e ainda pretendem) prejudicar as reflexões sobre as nossas desigualdades e aniquilar a proposição de políticas que, por seus objetivos, pressupõem o reconhecimento de um país racialmente desigual. Sob o pretexto de não sermos racistas, as políticas afirmativas e de valorização da identidade afro-brasileira deveriam, portanto, ser terminadas, já que racistas, de fato, seriam as políticas públicas voltadas especialmente à população negra e com o agravante que, elas sim, geram desigualdades e privilégios.

Uma pluralidade de abordagens vem sendo colocadas no espaço público com a intenção de interpretar esse tipo de fenômeno, bem como contextualizar essas declarações. Pretende-se neste trabalho compor o debate que se formou, sobretudo, em torno da noção de “guerras culturais” e a agenda moral e cultural do bolsonarismo (Sayuri, 2019; Ortellado, 2020; Freitas, 2017; Santos, 2020; Rocha, 2020).

Após esta introdução, nas próximas seções, apresentam-se algumas contextualizações para a fala de Sérgio Camargo: primeiro, faz-se uma revisão teórica discutindo as características do bolsonarismo, seu contexto político e a relação com a extrema-direita global; após, discute-se a fala de Camargo, aspectos de sua gestão na FCP e outros eventos que demonstram como suas declarações compõem um projeto de governo com casos similares em outras autarquias; posteriormente, traça-se uma discussão com a sociologia econômica relacional de Viviana Zelizer, mobilizada para compreender o caso; por fim, apontam-se dados da situação fiscal da FCP entre os anos de 2010 e 2022 para apontar de que maneira o governo contribuiu (e não necessariamente “inaugurou”) para a erosão das políticas de igualdade racial que vinham sendo implementadas ao longo dos últimos anos.

Procedimentos

O estudo a ser apresentado faz uso de revisão bibliográfica (Marconi & Lakatos, 2017), de onde provém as informações para compreender o bolsonarismo enquanto fenômeno político e enquanto governo, suas conexões com a ascensão da extrema-direita a nível global, além de declarações e eventos extraídos de reportagens jornalísticas. Também foi utilizada análise documental (Marconi & Lakatos, 2017; Cellard, 2014), extraindo informações de documentos jurídicos e atos normativos do governo.

Ressalta-se que o trabalho tem como objeto principal as declarações do então presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, em 2020. A partir disso,

pretende-se argumentar, à luz da sociologia econômica, que o governo Bolsonaro levou a cabo uma agenda de controle moral de recursos públicos em conjunto com uma agenda de austeridade fiscal, prejudicando, sobretudo, programas e políticas públicas nas áreas da igualdade racial, cultural, gênero, promoção de direitos LGBTQIA+ entre outros. Demais eventos que antecedem ou sucedem o objeto principal são utilizados como dados para reforçar as hipóteses, argumentos e afins de contextualização.

Ao final do artigo, também se recorre a dados orçamentários da Fundação entre os anos de 2010 e 2022, utilizados para compreender qual a realidade fiscal que a gestão Camargo herdou e como serviu para aprofundar uma trajetória de baixa provisão de recursos para execução das políticas culturais a que se destina a instituição.

O contexto político e o “bolsonarismo”

À parte a questão racial, o tipo de associação que Sérgio Camargo fez entre demandas de movimentos sociais e uma postura “vitimista” e “interesseira” é algo que esteve presente em toda a trajetória política de Jair Bolsonaro e que se fará presente no movimento político que se forma ao redor dele.

Em entrevistas com eleitores/as de Bolsonaro, em 2018, a socióloga Esther Solano mapeou que demandas por reconhecimento e redistribuição por meio de políticas públicas (no estudo feito por ela ficaram mais explicitadas as políticas para comunidade LGBTQ+ e políticas de cotas de recorte racial) eram compreendidas como estratégias para “obter regalias” e “privilégios do Estado” (Solano, 2018:19).

O fato dessas declarações orbitarem em torno de questões morais, de valores e códigos culturais, de *performances* e materiais simbólicos, de costumes e comportamentos, levou intelectuais a tomarem de empréstimo o conceito de “guerras culturais” do sociólogo norte-americano James D. Hunter (1991) para interpretar os movimentos políticos como o que levou Bolsonaro ao poder. Aqui, essas “guerras culturais” (Rocha, 2020; Simões, 2020) seriam uma “incitação permanente ao ódio como forma de ação”,³ ao “massacre de reputações”, à “desqualificação que nulifica a pessoa” e que, por sua vez, “instrumentalizam ou destroem instituições a fim de concretizar seus objetivos ideológicos” (Estado da Arte, 2019).

Compreender esse movimento de “[...] construção incessante de inimigos, de bodes expiatórios, a serem combatidos e eliminados como método de manutenção do poder [...]” e de destacar a oposição como um “mal a ser eliminado moral ou fisicamente”, permite entender como ele é central e estruturante ao que se convencionou chamar de “bolsonarismo” (Dutra, 2020). Trata-se da “permanente produção de antagonismos” que Avelar (2020) chamou de “a rebelião do *eles*”.

Tal postura de “guerra” se volta não somente contra os “inimigos políticos criados e recriados pelo próprio movimento bolsonarista, mas, também, contra as instituições e o

3 O que Almeida (2019:210) chamou de “afetos mobilizados pela lógica do inimigo”.

arranjo político-institucional criados desde a Constituição de 1988”, não escapando “a liberdade de imprensa, a universidade, a educação, a cultura e outros poderes da República” (Lellis & Dutra, 2020:336. Tradução minha).

É evidente que isso não é uma característica exclusiva do “bolsonarismo”. Trata-se, antes, do fenômeno de emergência da extrema-direita em escala global (Almeida, 2019; 2021; Nunes, 2021; Lellis & Dutra, 2020; Tatagiba, 2021). Neste contexto, ganhos de direitos e medidas de proteção/valorização de minorias (políticas sociais baseadas em nacionalidades, etnicidade, religiosidade, gênero, sexualidade etc.) são interpretadas pelas lideranças e partidos de extrema-direita como “privilégios”, os quais seriam as fontes das “perdas de direitos” (e bem-estar econômico) que sofreram as classes populares e, também, como uma ameaça às culturas tradicionais dos países.

Deste modo, torna-se observável o casamento entre conservadorismo nos costumes e liberalismo econômico⁴ a partir da costura entre rejeição ao ganho de direitos e maior participação política, social e econômica das minorias e a rejeição às políticas redistributivas, caracterizando o que Nunes (2021) qualificou como a transposição da “lógica de guerra” ao “conflito distributivo” – argumento extremamente importante que corrobora com nossa proposição.

Essas são leituras importantes, tanto do ponto de vista do debate público, quanto do ponto de vista teórico para as ciências sociais. Porém, muito embora elas façam alertas urgentes de que essas características do movimento político que se tem nomeado de “bolsonarismo” prejudicam não só o tecido social, como também atrapalham a formulação e aplicação de políticas públicas (Lellis & Dutra, 2020). Acredita-se que há que se tomar o cuidado para que o uso dessas interpretações não desemboque em afirmações tais como a de que sejam sempre e necessariamente fatos desassociados de “pautas mais importantes”, como a agenda econômica (Rodrigues, 2019), ou, pior, que declarações controversas, ofensivas e hostis a alguns grupos, movimentos sociais ou agendas político-sociais sejam meramente “cortinas de fumaça” usadas para desviar o foco de questões mais importantes (Sakamoto, 2020).

Não menos relevantes, essas leituras ainda podem reforçar certa tendência economicista que discute questões econômicas como se estas fossem alheias às questões sociais e culturais mais amplas, na contramão de décadas de teorização na área de sociologia econômica (Smelser & Swedberg, 2005).

Consideramos que tais análises precisam ser conjugadas a reflexões como aquela apresentada pela antropóloga Letícia Cesarino (2019:539), para quem o “bolsonarismo” possui dois pilares fundamentais, um econômico e um moral/cultural. Fabiano Santos e Talita Tanscheit também indicaram um caminho semelhante, citando que o movimento conjuga “autoritarismo” e “neoliberalismo” (Santos & Tanscheit, 2019:179-180).

O antropólogo Lucas Bulgarelli é outra referência que também procura conciliar interpretações sobre o domínio moral do “bolsonarismo” com o domínio econômico.

⁴ Sobre este ponto, ver também: Singer (2021), Almeida (2019:208), e os comentários de Centeno e Bringhenti (2021:824, 837) e Aderson (2019:242-243) quanto à escalção do liberal Paulo Guedes para chefiar a equipe econômica.

Afirmado que “Guedes e Damares fazem parte do mesmo projeto”, rechaçou a ideia de “cortina de fumaça” e argumentou que questões morais e questões econômicas são co-dependentes (Pinheiro-Machado, 2020).

Por outro lado, embora rompam com a ideia de que essas agendas sejam sempre e necessariamente divergentes e de que seria possível estabelecer hierarquias entre elas e determinar quais sejam mais urgentes e quais não, ainda interpretam a relação entre essas esferas somente em termos das costuras político-partidárias que elas fazem. Faz-se necessário propor interpretações que falem da “agenda econômica” desta “guerra cultural”, ou que se demonstre a combinação entre uma agenda de austeridade econômica com um controle moral dos recursos públicos.

Esta é a complementação teórica que se propõe às análises anteriores. Como sugere a jornalista Naiara Górtazar (2019:s/p): “[...] o governo utiliza o financiamento público para vetar a cultura que não encaixa em sua visão ultraconservadora do mundo”. As declarações de Sérgio Camargo servem para ilustrar que aquelas características associadas ao “bolsonarismo” e que em algumas leituras receberam o nome de “guerra cultural”, possuem dinâmicas que as conectam diretamente a uma das agendas econômicas do governo: o controle moral de recursos públicos.

O “bolsonarismo” e a extrema-direita

Assim, tais características abordadas apontam para a relação que o bolsonarismo mantém para com seus adversários político-partidários e para com o sistema político como um todo, características estas que têm colocado em xeque o regime democrático e republicano (Avritzer, Kerche & Marona, 2021). Porém, antes de formar um governo, Bolsonaro fez carreira política por quase três décadas como deputado antes de concorrer à presidência, o que significa que seus discursos e posicionamentos no espaço público, bem como a construção de seu eleitorado, são questões em gestação há um bom tempo.

Mesmo considerando que sua trajetória política é longa, e em conformidade com o que reporta a literatura já citada e também pensando com autores/as como Negri, Igreja e Lemos (2019), Domingues (2021), Salgado e Sandrin (2021), Pinheiro-Machado (2019) e Singer (2021), o que ajuda a explicar sua ascensão até a vitória no pleito de 2018 é que Bolsonaro soube canalizar (e foi beneficiado por) uma sucessão de eventos e oportunidades políticas que sacudiram o país nos últimos anos.

Dentre os principais eventos estão as Jornadas de Junho de 2013,⁵ que abriram oportunidade importante para a reorganização da direita no Brasil em movimentos sociais e sua ocupação nas ruas; a deflagração da Operação Lava Jato, cuja maior consequência sobre o arranjo institucional foi lançar uma grande desconfiança e ressentimento do eleitorado sobre o sistema político, particularmente sobre os partidos de esquerda e sobre o Partido dos Trabalhadores; o processo de *impeachment* da ex-

⁵ Sobre os eventos de junho daquele ano e sua conexão com os movimentos sociais globais que lhes são contemporâneos, ver: Pinheiro-Machado, 2019.

presidente Dilma Rousseff, que não só significou uma troca do chefe de executivo, mas uma virada drástica na orientação política e econômica do governo federal, uma vez que Michel Temer, seu sucessor, conduziu uma agenda governamental radicalmente diferente daquele programa com o qual foi eleito vice-presidente na chapa PT-PMDB, em 2014; e a prisão daquele que teria sido o principal concorrente de Bolsonaro nas eleições de 2018, Lula da Silva, em um dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

Some-se a isso ainda: a importância que as redes sociais teriam nas disputas políticas, uma “onda” que Bolsonaro soube “sufar” (Negri, Igreja & Pinto, 2019); o fato de que não só a direita soube utilizar desses eventos para “revigorar seu discurso e atingir os eleitores” (Negri, Igreja & Pinto, 2019:4), como também o fato de que o eleitorado brasileiro teria mais predisposições a se autoidentificar com a direita do que com a esquerda, conforme relata Singer (2021); e a crise econômica que se abateu sobre o país, gerando “frustração” e “ansiedade econômica” (Carvalho, 2020).

Contextos de crises como as que se abateram sobre o Brasil, sobretudo a econômica, propiciam o surgimento de lideranças e partidos populistas e de extrema-direita (Mudde, 2021), como é o caso de Bolsonaro, no Brasil (Mudde, 2019), mas de outros políticos pelo mundo. Os eventos no cenário nacional, portanto, apenas desenham as particularidades da variante brasileira de um fenômeno observável em outros países e que não são, necessariamente, recentes: isto é, informa-nos Mudde (2019) que a ascensão da extrema-direita a nível global não significa o “surgimento” destes partidos e movimentos, mas, sim, o reposicionamento deles nos contextos locais e nacionais.

Observando especialmente o contexto europeu, Mudde (2019) argumenta que há remanescentes dos partidos de extrema-direita após a segunda guerra mundial e divide os movimentos em três ondas que vão do pós-guerra até a entrada do novo milênio: neofascismo (1945-1955), populismo de direita (1955-1980) e direita radical (1980-2000). Partidos de extrema-direita, em seu entendimento, teriam maior ou menor sucesso eleitoral ao longo destas três ondas, ficando, porém, às margens dos sistemas políticos locais, sem grandes vitórias políticas e ainda seriam tratados, em boa parte dos casos, como párias (Mudde, 2019).

Três crises mundiais e suas respectivas ressonâncias fronteiras nacionais adentro teriam redesenhado a conformação destes partidos políticos: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a grande crise mundial, em 2008, e a crise de refugiados na Europa, em 2015. Uma quarta onda de partidos de extrema-direita teria desembocado no rastro desses eventos: o populismo radical de direita (2000 em diante). O que diferenciaria a quarta onda das anteriores seria o alcance que os partidos de extrema-direita passariam a ter nos cenários políticos: para Mudde (2019), a problemática é que esses partidos deixariam as margens para alcançar ou mesmo se tornar o *mainstream* político⁶.

Seguindo a formulação de Mudde (2019), a direita radical populista (antissistêmica e hostil à democracia liberal) estaria se tornando mais “aceitável para coalizões” pelos

6 Como ele próprio resumiu no início de seu livro, a questão se refere ao “*mainstream*” e a normalização da extrema-direita em geral, e da extrema-direita populista em particular no século XXI” (Mudde, 2019:s/p. Tradução minha).

partidos de direita *mainstream* (conservadores, liberais/libertários), fazendo crescer o apoio à extrema-direita. Essas coalizões podem formar governos compostos pela extrema-direita em si, ou governos nos quais esta, em razão da coalizão, compunha gabinetes ou a base de apoio parlamentar do governo estabelecido (Mudde, 2019). Se a extrema-direita já tinha adquirido poder para pautar agendas de debate público (*agenda-setting*) na terceira onda, na quarta, este poder teria aumentado. Rydgren (2007) reforça a tese, analisando que pela primeira vez no pós-guerra a extrema-direita constituiria uma força significativa na Europa ocidental, mas, também, ameaçando outras democracias como Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Mudde (2019) cita os casos de Brasil, Índia, Estados Unidos e Israel, fora da Europa e, dentre os países europeus, cita os casos da Hungria e da Polônia, cujos governos seriam totalmente controlados por partidos de extrema-direita; Bulgária, Estônia, Itália e Eslováquia, onde estes partidos formariam coalizões com os governos locais; e Dinamarca e Reino Unido, cujos governos teriam o apoio desses partidos. Salgado e Sandrin (2021), citando os casos do Chile com Sebastián Piñera, em 2017, Colômbia com Iván Duque, em 2018, e Brasil com Jair Bolsonaro, também comentam a “virada à direita” após a “onda rosa” na América Latina, um realinhamento que estaria “[...] trazendo uma combinação de políticas econômicas neoliberais e formas de governança política mais autoritárias e repressivas” (Salgado & Sandrin, 2021:268. Tradução minha).

Ainda com Mudde (2019, 2021), pode-se destacar que o núcleo ideológico⁷ da extrema-direita gira em torno da exacerbação do nativismo/nacionalismo (diferenciação entre “nativos” e “estrangeiros”), autoritarismo (radicalização de agendas, como a criminal, a de imigração e/ou a repressão de minorias) e populismo (reiteração da existência de uma elite corrupta e privilegiada *versus* “o povo”). Seus discursos (2019) são compostos por elementos como antissemitismo, revisionismo histórico e mesmos concepções racistas de “sociedades ideais” que, ora tendem à completa exclusão de grupos étnicos, religiosos e/ou raciais indesejados, ora tendem para uma convivência que os hierarquiza, ressaltando a superioridade dos valores tradicionais idealizados e reivindicados pela extrema-direita local (Igreja & Negri, 2020). Além da contraposição às agendas multiculturalistas, também se observa uma negação das mudanças climáticas e uma oposição às agendas de igualdade de gênero e à legalização do aborto (Betz, 2022).

Conforme discorre Minkenberg (2017), uma vez no poder, a capacidade de estabelecer agendas públicas (*agenda-setting*) e formular políticas (*policy making*) dependerá não somente do grau de participação no governo, mas também dos níveis de interação com os demais partidos políticos, com a presença nos parlamentos e da capacidade de ação junto ao poder executivo. Essas estruturas de competição partidária e demais variáveis sistêmicas, por sua vez, só conseguem dar corpo à capacidade de atuação dos partidos de extrema-direita em conjunto com demais variáveis político-culturais.

7 Com outras adjetivações mas no mesmo sentido, Rydgren (2007:240-242) destaca que o núcleo ideológico dessa direita seria a xenofobia, o etno-nacionalismo (formação de democracias iliberais etnocratas), autoritarismo sociocultural e populismo antissistêmico.

Analisando a atuação de partidos de extrema-direita em executivos municipais na Áustria, Itália e França na década de 90, Minkenberg (2017) ainda conclui que se pode observar uma atuação em políticas socioeconômicas, criminais, administrativas e políticas de imigração, mas que, sobretudo, “[...] o impacto mais substantivo foi uma mudança em questões culturais, um novo *Kulturkampf* contra a esquerda, seus aliados e contra estrangeiros” (Minkenberg, 2017:455). No centro desse embate: o financiamento público para atividades culturais que por estes partidos são desprezadas.

Lindsköld (2015) também reforça o interesse de partidos de extrema-direita na formulação de políticas culturais. Analisando programas partidários da extrema-direita na Dinamarca, Noruega e Suécia, a autora nos informa que: primeiro, a perspectiva cultural destes partidos é alimentada por um nacionalismo cultural anti-imigração que confere precedência e superioridade aos valores tradicionais e religiosos da “maioria nativa”, em detrimento daqueles que são incorporados pelas minorias culturais imigrantes. Segundo, que os Estados devem ter (somente) a responsabilidade de zelar e proteger estes valores tidos como superiores. Terceiro, que os valores culturais das minorias e dos estrangeiros são uma ameaça às culturas nacionais e que, portanto, uma agenda multicultural de “integração não deveria mais ser priorizada ou apoiada por meios públicos” (Lindsköld, 2015:18. Tradução minha). Por fim, que o financiamento público seria uma “armadilha à liberdade”, restando apenas à iniciativa privada manter a vida cultural.

Considerando que foge ao escopo deste trabalho uma revisão mais ampla sobre a extrema-direita, sugere-se a revisão de literatura feita por Rydgren (2007) e as múltiplas formas de explicar a ascensão destes partidos em perspectiva global e contemporânea; bem como se reitera o argumento de Mudde (2019) de que diferentes perspectivas e formas de explicação (exemplos: fenômeno global *versus* fenômeno local; ansiedade econômica *versus* retrocesso cultural; mudanças econômicas macroestruturais *versus* reação contra a agenda multicultural; voto de protesto contra o sistema político *versus* alinhamento ideológico) não necessariamente são opostas, mas complementares.

Por fim, o objetivo desta seção foi traçar uma correspondência entre o bolsonarismo e a atuação da extrema-direita a nível global. Viu-se que estes partidos recorrem a narrativas perigosamente excludentes para mobilizar eleitores e para se diferenciar dos demais partidos do sistema político. Grupos étnicos, raciais, religiosos e/ou ideológicos são colocados em oposição e demarcados por fronteiras identitárias que permitirão ou não o acesso a uma participação real, equânime e digna à vida política, social, cultural e econômica dos países.

Isso fica mais saliente quando a arena da disputa são as políticas culturais e o financiamento da cultura. Uma redução do papel do Estado no apoio à diversidade cultural pode ser alimentada, deslocando para o “cidadão” a decisão sobre qual cultura deve ser apoiada e paga – mas desde que o conceito de “cidadania” seja restrito e separe, de um lado, os “pagadores de impostos” e, do outro, os “estrangeiros” (Lindsköld, 2015), ou quaisquer outros pares de oposição, como veremos adiante. Conforme sustentado por Minkenberg (2017:455. Tradução minha): “o governo do povo, pelo povo e para o povo” não precisa necessariamente estar em jogo, “mas o conceito de povo está”.

O contexto da fala e a erosão da agenda de igualdade racial

Uma das hipóteses deste trabalho é que o uso do dinheiro não pode ser desassociado do seu contexto de relações sociais, nem das instituições – com suas regras formais e informais – que circunscrevem tais relações. Sobretudo, em se tratando do governo Bolsonaro, o que o trabalho especificamente almeja defender é que a hostilidade que esse movimento político possui com grupos adversários são transpostos para o uso e gestão dos recursos do erário, mesmo que em alguns casos isso ultrapasse determinações legais. Antes de adentrarmos no caso específico da Fundação Cultural Palmares, nosso objeto de discussão, faz-se necessário contextualizar o ocorrido com outros eventos que ajudam a reforçar nossas hipóteses.

Por exemplo, em abril de 2019, o ex-ministro da educação Abraham Weintraub anunciou um bloqueio no orçamento de três universidades: a Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) (Agostini, 2019). Sem comprovar nada objetivamente, o ex-ministro, que já acusou as universidades de terem “plantações de maconha” dentro dos seus *campi*, associou o “contingenciamento” das verbas à “balbúrdia” (O Globo, 2019), isto é, comportamentos inadequados que estariam acontecendo dentro dessas universidades.

À frente da principal pasta responsável pela educação do país, Weintraub sempre nutriu uma relação hostil com o meio universitário. O conteúdo e os sentidos dessa relação, atendendo a interesses igualmente econômicos e ideológicos, foram traduzidos, de forma prática, através das manobras que a gestão da autarquia pôde fazer na distribuição e alocação de seus recursos⁸.

De maneira semelhante, o ex-ministro afirmou, em junho de 2020, que todo dinheiro utilizado para financiar as atividades universitárias, incluindo seus recursos humanos, “vem do imposto”, e que, “como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentistas. Eu não quero mais sociólogo, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro” (Weintraub, 2019:s/p). Tal declaração não foi uma novidade. Anteriormente, em abril de 2019, durante uma *live* ao lado do presidente da República, Weintraub afirmou que “a função do governo é respeitar o dinheiro do pagador de imposto”, que o que se deveria ser ensinado às crianças e jovens seria “habilidades, de poder ler, escrever, fazer conta...”, bem como um “ofício que gere renda para a pessoa, bem-estar para a família dela, que melhore a sociedade em volta dela”. Quem quisesse estudar “filosofia” deveria fazer isso “com dinheiro próprio”. O dinheiro público aplicado, anteriormente, em faculdades de filosofia e sociologia passaria a ser aplicado em faculdades que gerassem “retorno de fato” (G1, 2019).

Há também o caso do edital de fomento a produções audiovisuais da ANCINE que foi suspenso, em agosto de 2019, em razão do desagrado do presidente Bolsonaro com algumas das obras escolhidas pelo edital. O presidente havia discordado da presença de filmes com a temática LGBT+ na lista de aprovados, afirmando que iria “abortar essa

8 Com a provocação “discricionariade ou discriminação?”, Venturini (2021) faz uma leitura semelhante.

missão” e considerando que não havia “cabimento” se ter produções audiovisuais desse tipo financiadas com “dinheiro público” (Folha, 2019).

Outro exemplo que pode ser mobilizado é o parecer técnico de um servidor da Fundação Nacional de Arte (Funarte) recusando apoio financeiro, por meio de captação de recursos da Lei Rouanet, ao Festival de Jazz do Capão. No parecer do então coordenador de Análise Técnica de Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura, o festival de Jazz não poderia receber recursos porque teria um cunho político e ideológico, usando como “prova” uma postagem de divulgação do evento em rede social com os dizeres: “não podemos aceitar o fascismo, o racismo e nenhuma forma de opressão e preconceito” (Cunha, 2021:s/p).

Além disso, fundamentou o “parecer técnico” argumentando que: “por inspiração no canto gregoriano, a Música pode ser vista como uma Arte Divina, onde as vozes em união se direcionam à [*sic*] Deus”, e que “a arte é tão singular que pode ser associada ao Criador”. Por não se enquadrar nessas concepções de música e de arte, bem como levando em consideração a postagem de divulgação na rede social, considerou-se que o pedido de financiamento ao festival, que chegava à sua nona edição tendo recebido recursos da lei Rouanet em outras ocasiões, configurar-se-ia “desvio de objeto, risco à malversação do recurso público incentivado com propositura de indevido uso do mesmo”.

Adentrando no caso da Fundação Cultural Palmares, em junho de 2020, a reportagem (Estadão, 2020) do jornal Estado de São Paulo divulgou trechos de um áudio captado sem a autorização de Sérgio Camargo durante uma reunião com assessores da FCP, no dia 30 de abril. Nos trechos, Sérgio Camargo reforça a postura hostil com a qual conduziu a fundação, incluindo xingamentos e termos vexatórios contra o movimento negro, contra Zumbi dos Palmares e outras ofensas que ele distribuiu fosse nomeando *personas non gratas*, fosse generalizando grupos e coletivos. Outra reportagem (G1, 2020) também destacou trechos de suas declarações:

[...] Não tenho que apoiar Dia da Consciência Negra. Aqui não vai ter, zero – aqui vai ser zero pra [Dia da] Consciência Negra. Quando eu cheguei aqui, tinha eventos até no Amapá, tinha show de pagode com dinheiro da Consciência Negra. Aí, tem que mandar um cara lá, pra viajar, se hospedar, pra fiscalizar... Que palhaçada é essa?

Posteriormente, no dia 05 de junho de 2020, o MPF solicitou a abertura de Inquérito Policial à Polícia Federal para apurar, segundo o documento, a “possível existência de crime de racismo”, trazendo como elemento a descrição do áudio vazado onde se lê, na transcrição trazida pelo documento, os dizeres:

Tem gente vazando informações aqui para a mídia [...]. Não vai ter nada para terreiro na Palmares, enquanto eu estiver aqui dentro. Nada. Zero. Macumbeiro não vai ter nem um centavo (Ministério Público Federal, 2020b).

Além da Procuradoria da República, outro órgão a entrar em cena após as declarações foi a Defensoria Pública da União. Embora os defensores não tenham citado,

no documento, os áudios vazados, o pedido foi feito logo após a imprensa tornar públicas estas falas de Sérgio Camargo. No pedido, os Defensores solicitaram que fossem restabelecidos os efeitos da decisão liminar da 18ª Vara Federal do Ceará (que suspendeu a nomeação de Camargo, em dezembro de 2019), suspensos depois de decisão monocrática do presidente do STJ, a qual permitiu que Camargo voltasse à presidência da FCP no início de 2020.

Entre os elementos citados no pedido, os Defensores alegaram “desvio de finalidade na nomeação” de Camargo e os “danos decorrentes” de sua atuação, citando, especialmente, a extinção de vários dos colegiados da FCP.

Sérgio Camargo foi nomeado presidente da FCP em 27 de novembro de 2019. Negacionista das desigualdades raciais, já fez declarações públicas ofensivas ao movimento negro, contrárias às políticas de promoção da igualdade racial (tal como a política de cotas), contrárias às políticas de visibilidade (como o feriado nacional do dia de 20 de Novembro, dia da Consciência Negra) e até mesmo declarações ofensivas a Zumbi dos Palmares, personalidade que dá nome à autarquia a qual foi nomeado para presidir (Rocha, 2020).

Diante de suas “opiniões”, sua nomeação foi contestada na justiça e, em 04 de dezembro do mesmo ano, foi suspensa liminarmente pela 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará – decisão que foi mantida pelo TRF da 5ª Região, em 12 de dezembro. Sérgio Camargo voltou ao cargo, contudo, em 20 de fevereiro de 2020, após o Superior Tribunal de Justiça suspender os efeitos da liminar (STJ, 2020a). Meses depois, os ministros do STJ mantiveram, de maneira unânime, a decisão monocrática do ministro-presidente do tribunal que permitiu que Camargo voltasse ao cargo (STJ, 2020b).

Em maio, as polêmicas voltaram à tona e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal encaminhou à Procuradoria da República no Distrito Federal uma representação com a propositura de ação por improbidade administrativa contra Sérgio Camargo (Ministério Público Federal, 2020c). Na representação, os procuradores destacam as publicações feitas por ele através do site oficial da Fundação, no dia 13 de maio, data de promulgação da Lei Áurea, cujo intuito era depreciar a imagem de Zumbi e exaltar a figura da Princesa Isabel, signatária da lei de 1888.

Os procuradores concluíram que, “[...] como foi fartamente demonstrado, o ato de Sérgio Camargo é desleal à Fundação Cultural Palmares, atenta contra o princípio central da administração pública, que é a legalidade, e é moralmente abjeto”; e solicitando que Sérgio Camargo fosse denunciado por improbidade administrativa, terminam dizendo que a ação se faz necessária para “[...] tornar evidente que não há espaço, no Estado brasileiro, para flertes com regimes que fizeram da superioridade racial política de governo” (Ministério Público Federal, 2020a:s/p).

Além de ilustrar a simbiose entre a questão orçamentária e a conduta autoritária com que o governo Bolsonaro conduziu a máquina pública, cabe destacar outro ponto importante que contextualiza tanto as falas de Camargo, em específico, quanto a sua gestão à frente da FCP, de modo geral: a questão das relações étnico-raciais. No que diz

respeito à questão racial no “bolsonarismo” e nas políticas de governo, Luiz A. Campos (2021) destaca que se pode observar dois pilares: o primeiro, seria o discursivo, uma reciclagem do mito da “democracia racial” que difere da visão clássica por reconhecer que há desigualdades e clivagens de raça e que esta é, de fato, um marcador social de diferença; o segundo é o prático, cuja estratégia seria “minar as instituições e as condições básicas de funcionamento das políticas raciais” (Campos, 2021:363).

Como exemplo do pilar discursivo, e para descentralizar a figura de Sérgio Camargo na agenda racial no governo Bolsonaro, também podemos elencar a fala do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, na Câmara dos Deputados, em 2019: “não existe povo negro, existe brasileiro de pele escura. Não tem que dividir o povo brasileiro” (Fórum, 2019:s/p). Ou, então, a declaração feita durante a fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, na qual o ex-ministro disse: “[...] odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. ‘Povos ciganos’. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré”, completando em seguida: “É povo brasileiro, só tem um povo. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, *pô!* Acabar com esse negócio de povos e privilégios [...]” (Simon, 2020:s/p).

Outro exemplo: no dia 20 de novembro de 2021, Dia da Consciência Negra e logo após o episódio em que Beto Freitas foi morto por seguranças da rede de supermercados Carrefour, tendo a morte sido denunciada como um caso de racismo, o vice-presidente Mourão comentou: “[...] para mim no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar, isso não existe aqui” (Folha, 2020:s/p)

Como exemplo do pilar prático, Luiz Augusto Campos cita justamente o trabalho de Sérgio Camargo à frente da FCP, em especial, a estratégia meticulosamente programada de não demarcação de terras quilombolas (Campos, 2021:363). Para encerrar a contextualização sobre a questão racial no bolsonarismo,⁹ destaca-se o trecho em que o autor escreve: “[...] o bolsonarismo tem investido menos no ataque frontal às políticas antirracistas e mais em minar seus suportes materiais [...] a intenção é desidratar a pauta racial nas políticas raciais mais pela inação do que pela ação” (Campos, 2021:371)¹⁰.

Em outras palavras, as declarações de Sérgio Camargo também estão contextualizadas em um momento importante de formação de “[...] uma nova coalizão nos poderes Legislativo e Executivo e parte do poder civil para garantir o desmonte da agenda antirracista” (Mesquita, 2021: 67. Tradução minha).

9 Ver também o ensaio do historiador Franco Silva (2020).

10 Em 2020, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados cobrou explicações do MMFDH pela não execução de programas de combate ao racismo e à violência contra a população negra, titulação de terras quilombolas, financiamento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra etc., com base em informações de relatório técnico das consultorias Legislativa e de Orçamento da Câmara.

Interpretação a partir da sociologia econômica relacional

As falas de Sérgio Camargo, quando contextualizadas, demonstram a reprodução de ideias e interesses políticos que não configuram uma novidade. Pelo contrário, são mostras da persistência de relações hostis e desrespeito cultural a que é acometida a população negra, as religiões de matriz afro-brasileiras, as comunidades quilombolas, as comunidades tradicionais, os povos de terreiro, indígenas etc.

Elas também demonstram um interesse no controle dos recursos financeiros da instituição e das lógicas de sua distribuição. Isso é importante, porque se faz necessário observar que as falas apresentam um juízo sobre a maneira com a qual os recursos públicos serão gastos e com quem serão gastos. Ao mesmo tempo em que desfere uma ofensa, já que, para além das acusações e das palavras de baixo calão usadas para classificar pessoas e grupos contrários, também podemos considerar um ato discriminatório dizer que um grupo ou outro, por suas características ou pelo modo como são reconhecidos ou não, não é digno de receber um dinheiro que é público considerando apenas julgamentos subjetivos.

As justificativas que fundamentam esse interesse distributivo recorrem a determinadas classificações que funcionam como hierarquias morais. Cria-se um ideário de grupos que são elegíveis a serem beneficiados “com dinheiro público” e outros que não. Essas classificações, uma vez que são reconhecidas pelos sujeitos envolvidos em determinada relação, podem incitar solidariedade e cumplicidade, quando os sujeitos se reconhecem de forma positiva, ou podem incitar animosidade, hostilidade, confronto político e lutas por interesses contrapostos, quando os sujeitos se reconhecem de forma negativa. Deste modo, os conteúdos dessas relações, que, por sua vez, determinam os sentidos dados às ações recíprocas entre os sujeitos, funcionam como barreiras morais que podem facilitar ou limitar a transferência de recursos, bens e serviços entre os pares dessas relações. Ou, então, exigem certos esforços e práticas criativas das partes interessadas para gerenciar essas relações de modo a atingir determinados interesses econômicos.

É nesta linha que a socióloga Viviana Zelizer tem escrito a sua sociologia econômica, a qual ela adjetiva como *relacional* (Zelizer, 2012). Envolvida em trabalhos sociológicos que dialogam diretamente com aspectos econômicos desde o seu “*Pricing the priceless child*”, publicado em 1985, passando pelo “*The social meaning of money*”, de 1994, Zelizer advoga por uma sociologia que compreenda as atividades econômicas como processos de conflitos, negociações e conciliações os quais “[...] envolvem interesses genuínos por justiça, igualdade, satisfação e benefício social” (Zelizer, 2009:253).

Diferentemente dos sociólogos econômicos que buscaram travar embates com a teoria econômica na seara das firmas, empresas, mercados de trabalho etc., Zelizer optou por discordar dos economistas na seara que envolve o *care work*, as relações íntimas, os mercados culturais e demais objetos de estudo que desafiassem os pressupostos da racionalidade, da beneficiação puramente econômica e da maximização dos lucros. Mais do que predileção por estes objetos de estudo, tratou-se de uma escolha estratégica

(Zelizer, 2012): a socióloga pretendia mostrar à teoria econômica e ao senso comum que as atividades econômicas são fundamentalmente relações sociais, demonstrando que o domínio da “eficiência” e da “racionalidade” (Zelizer, 2011:30), nas relações econômicas, diz respeito mais a um interesse ideológico das teorias economicistas do que a uma interpretação do funcionamento real da vida econômica.

Foi tomando estes objetos e campos de pesquisa como espaço de produção teórica que Zelizer passou a propor que as atividades econômicas e toda a vida social, longe de serem pólos dicotômicos (o que Zelizer chamou, em tom de crítica, de “mundos hostis”), constituem, na verdade, “vidas conexas”.¹¹ Isto é, quer falemos de relações de mercado, de relações familiares, de relações dentro de uma comunidade ou grupo, de contextos organizacionais etc., os processos de produção, distribuição e consumo de bens de valor e serviço envolvem relações interpessoais a partir das quais as pessoas criam “circuitos distintos de transações econômicas, meios de pagamento e relações sociais” (Zelizer, 2009:252). E “cada conjunto de laços diferenciados incorpora seu próprio conjunto de significados, símbolos, práticas e códigos morais” (Zelizer, 2009) que afetarão os resultados econômicos obtidos.

Não só as possibilidades de transações econômicas (as facilidades, as permissões, as interdições, as quantias, os meios de pagamento etc.) são dependentes destes laços interpessoais, como o seu próprio fluxo também diz respeito à construção de “distinções morais e de poder”. Já a construção dessas distinções morais, por sua vez, constitui “um sério trabalho moral, político e econômico” (Zelizer, 2009) empreendido estrategicamente e criativamente.

Essas passagens são inicialmente encontradas numa palestra que Zelizer proferiu no ano de 2002 (Zelizer, 2009) e que cimentarão seus trabalhos posteriores. Sobretudo, essa ideia de um “trabalho moral, político e econômico” desembocará num livro publicado em 2005 e que é um divisor de águas na trajetória intelectual de Zelizer: “A Negociação da Intimidade” (Zelizer, 2011). Nesta obra, Zelizer cunhará o conceito de “trabalho relacional”, responsável por influenciar estudos, pesquisas e ainda criar um núcleo de sociólogos/as em torno da autora.

Ela proporá, novamente, a partir dos seus estudos sobre as relações entre economia e relações íntimas, porém, ampliando o alcance de sua leitura, que “em todas as configurações sociais, tanto íntimas quanto impessoais, os laços sociais e as transações econômicas são combinados”, de modo que “seres humanos empenham trabalho relacional ao combinar seus laços pessoais e atividade econômica” (Zelizer, 2005:288. Tradução minha). E acrescenta: “de modo algum todas as combinações funcionam bem. Algumas provocam indignação ou, no mínimo, geram surpresa” (Zelizer, 2005:289. Tradução minha). Para Zelizer:

11 Aqui, estou seguindo a tradução dada ao conceito “*connected lives*” pela publicação no Brasil (Zelizer, 2011).

[...] em todas as ações econômicas [...] as pessoas se engajam em processos que diferenciam os significados das relações. Para cada categoria distinta de relações sociais as pessoas erigem limites, marcam este limite por meio de nomes e práticas, estabelecem um conjunto de entendimentos distintos que operam por meio deste limite, designam certos tipos de transação econômica como sendo apropriada para esta relação, barram outras transações que considerem inapropriadas e adotam certas mídias para recalcular e facilitar transações econômicas por meio destas relações. Eu chamo este processo de trabalho relacional” (Zelizer, 2012:146. Tradução minha).

O potencial teórico da abordagem consiste na compreensão de que as transações econômicas são fundamentalmente interações sociais, o que implica considerar o papel do esforço criativo que as pessoas empreendem para estabilizar, manter, negociar, transformar ou até mesmo terminar relações sociais (Zelizer & Tilly, 2006:7).¹² O modo como essas relações se configuram social e culturalmente pode tanto limitar quanto facilitar a atividade econômica, impactando a busca por objetivos e interesses econômicos, a troca entre bens, serviços ou quantias monetárias, a distribuição e o deslocamento de recursos etc.

O que autores/as como Zelizer procuram estabelecer, a despeito das diferenciações teóricas e metodológicas, é que os múltiplos domínios da vida social, o que inclui, evidentemente, a religião, as disputas políticas, a vida cívica, as ideologias (Zelizer, 2012:149), não só estabelecerão ou barrarão transações econômicas, como determinarão suas características, práticas, meios de troca/permuta/negociação, quantias e a recorrência dessas transações. O caminho inverso também é possível: interesses, ações e comportamentos econômicos também podem ser mobilizados como forma de alterar sentidos de justiça, injustiça e assimetrias de poder (Bandelj, 2015). Como sugere Alfredo García (2014:640), as pessoas também fazem uso de processos econômicos como forma de criar, manter, solidificar, mudar, reparar ou aperfeiçoar relacionamentos.

Isso também ocorre em contextos institucionais. Aliás, vem de Kieran Healy o alerta de que, embora o conceito de Zelizer, do ponto de vista sociológico, ofereça “um pouco mais de margem de manobra para as pessoas agirem, colocando [...] a agência dos indivíduos, as estratégias e mesmo o seu interesse próprio no centro da análise” (Healy, 2013:15. Tradução minha), ele também tem potencial para conectar “as estruturas organizacional e institucional à parte cultural da análise” – sendo os dois primeiros aspectos por vezes “esquecidos ou mal interpretados” mesmo pelos/as pesquisadores/as que desenvolvem seu esquema teórico (Healy, 2013).

12 Este texto referenciado sela as contribuições mútuas entre Charles Tilly e Viviana Zelizer. Embora seja Zelizer (2012) quem diga que foi o livro “Why?”, de Charles Tilly (2005), que tenha influenciado a sua teoria sobre o trabalho relacional, pode-se inferir que, na verdade, talvez o autor é quem tenha se inspirado inicialmente em Zelizer. Em “Why?” (Tilly, 2005) se pode contar na palma de uma mão a quantidade de vezes que o autor usa o conceito “trabalho relacional”. Por outro lado, em seu livro sobre desigualdades duráveis (Tilly, 2000), publicado primeiramente em 1998, Tilly faz referência ao livro “The social meaning of money” (Zelizer, 1995); baseado na autora, ele afirma que as pessoas trabalham para fixar limites e fronteiras ao definir os laços sociais e situar distinções entre grupos e membros de grupos a partir de diferentes categorias, afirmando, então, que as pessoas realizam um “trabalho categorial”, mudando o conceito em seguida para “trabalho de distinção” e, finalmente, para “trabalho relacional” (Tilly, 2000:79-84). Pesquisas bibliográficas posteriores, contudo, precisam confirmar a hipótese.

Tal ressalva também é feita por ela própria: embora “as relações sociais, transações e meios de troca, cada qual [venha] com histórias e pacotes culturais”, na rotina de processos de trabalho relacional, as ações e comportamentos são condicionados pelos contextos organizacionais, institucionais e os padrões de comportamento, pois que “as adaptações criativas das pessoas operam entre limites dados por sentidos historicamente acumulados, limites legais e limites estruturais” (Zelizer, 2012:164. Tradução minha). Por fim, cabe a referência que ela faz de que processos econômicos dependem, sempre, de uma “infraestrutura de instituições” (Zelizer, 2009) e de “apoios institucionais” que deem sentido e referência às relações em curso (Zelizer, 2005:38), uma vez que: “a manutenção de qualquer tipo de relação social durável depende da criação de apoios institucionais culturalmente significativos” (Zelizer, 2005:40).

Assim sendo, para Zelizer, “[...] não somente as pessoas, mas também o Estado e as organizações criam usos altamente distintos do dinheiro, e eles trabalham duro (embora nem sempre bem-sucedidos) para manter fundos segregados [...]”; deste modo, “variando técnicas, governos, organizações e pessoas, estilizam o dinheiro e o combinam com tipos distintos de relações e transações” – e o que é mais importante quando analisamos fenômenos desse tipo: “o resultado deste esforço, como vimos, pode ser consequente para políticas públicas tanto quanto para transações pessoais” (Zelizer, 2012:162. Tradução minha).¹³

Apesar disso, evidentemente, o nível de análise proposto é interacional, relacional, interpessoal. Nem Estado e nem instituições são mobilizados de forma abstrata. Trabalhar com esta teoria implica observar as interações e relações que os sujeitos estabelecem dentro destas organizações, suas movimentações, conflitos, discursos e práticas. Especialmente as práticas e estratégias que são possíveis de serem levadas a cabo dentro dos limites dessas próprias instituições. Aquele trabalho “moral, político e econômico” do qual fala Zelizer se torna ainda mais evidente quando se transborda os limites institucionais que circunscrevem uma dada situação analisada, exigindo o convencimento e a cooperação de sujeitos de outras instituições – como é o caso quando as disputas são judicializadas.

Como escreve José Ossandón: “as instruções de Zelizer são: olhem para as controvérsias morais, disputas, as situações nas quais aqueles envolvidos têm de

13 Para superar o mal-entendido de que essa teoria seja puramente “culturalista”, convém lembrar que para Charles Tilly, importante influência teórica para Zelizer, o uso de “pares categóricos” realiza “um crucial trabalho organizacional” (Tilly, 2000:20. Tradução livre). Isto é, ao se inserir o uso de “pares categóricos” nas organizações, estabelecem-se limites dentro delas a partir dos quais se controla o fluxo de pessoas por entre estes limites, bem como o fluxo de recursos etc. (Tilly, 2000:73). Esse ponto é muito importante para a ideia de “desigualdades duráveis” do autor e seu impacto em processos de democratização e/ou desdemocratização (Tilly, 2007). Zelizer não incorpora o conceito de “pares categóricos”, mas o que se nota nos casos analisados em seus trabalhos é uma atenção especial às disputas, práticas e narrativas de definição de categorias as quais nomeiam e diferenciam os relacionamentos. A influência mútua entre estes dois sociólogos não caberá neste texto, mas se reitera a provocação de Nina Bandelj (2021) – que é bastante congruente com as preocupações deste trabalho no que diz respeito às consequências dos trabalhos relacionais para as relações de poder, igualdade/desigualdade e democracia – para que se analise, em conjunto, as contribuições de ambos os autores.

trabalhar para delimitar, separar ou combinar múltiplas formas valor” (Ossandón, 2019:187. Tradução minha).

O argumento é que o ideário (incluindo o repertório moral e as lógicas de desrespeito cultural) de sujeitos como Sérgio Camargo, sintetizados nas falas reproduzidas aqui neste trabalho, são transpostos para as políticas governamentais e, o mais importante, para políticas de financiamento com recursos públicos.

Argumenta Frederick Wherry que “preocupações morais” e “códigos culturais”, os quais “atuam como prismas através dos quais os tipos de relacionamentos e obrigações relacionais são refratados”, operam de modo que os juízos sobre os tipos de gastos públicos possíveis e não possíveis de serem feitos funcionem como se fossem “fronteiras [...] colocadas ao redor de somas numéricas” (Wherry, 2016:2-14. Tradução minha).

Em complemento, registra Healy que a perspectiva do trabalho relacional “engloba trocas [econômicas] nas quais há conflitos sobre quem define o laço [social], no qual uma das partes [envolvidas no conflito] tem os meios para criar os termos do relacionamento e nos quais os sentidos sociais [desse relacionamento] são um veículo de poder” (Healy, 2013:16. Tradução minha).

Não só as operações de transferência desse dinheiro “marcado” por “fronteiras morais” se tornam condicionadas, limitadas, como o seu controle também funcionará como uma ferramenta de disputa, de classificação, de ofensa, de desrespeito cultural, de hostilidade relacional e, como podemos complementar a partir de Bandelj (2015): exercício de poder e desigualdade. Lê-se em Zelizer: “Como resultado, o dinheiro marcado se torna uma ferramenta às relações interpessoais, assim como o trabalho relacional político” (Zelizer, 2012:162. Tradução minha).

Assim, a ideia enunciada na declaração foi uma espécie de um anúncio, que se tornou público, de como a Fundação Cultural Palmares passaria a atuar com sujeitos, grupos e movimentos sociais com os quais possuía um histórico de relações de cooperação. Essas relações passariam a ser reconfiguradas e, a partir dos novos sentidos, os processos econômicos de transferência de recursos públicos, que eram fundamentados com base na configuração de sentido das relações anteriores (e o que inclui definições determinadas por lei), também seriam alterados.

De modo prático, contudo, esse trabalho relacional pode ser feito de maneiras diversificadas, como nos casos já mencionados na seção anterior: a gestão Weintraub no MEC, que realizou manobras de contingenciamento e corte de verbas para universidades; o caso da Funarte; ou o caso da interrupção do edital de fomento a produções audiovisuais da ANCINE, também já mencionado. Em outra oportunidade (Moreira, 2022a), comentou-se que o corrido também é um exemplo desse trabalho relacional interpretado por Zelizer. Trata-se de buscar meios de estabelecer ou encerrar processos de troca ou transferência de recursos, bens ou serviços a partir dos sentidos e conteúdos dessas relações e servindo como forma de gerenciamento delas.

Apenas enunciar juízos morais sobre a forma correta de alocação de recursos e de transações que podem ou não ser feitas a partir de determinados tipos de relacionamentos e de parceiros nessas relações já é uma característica do trabalho

relacional. Grupos, movimentos, pessoas de posições divergentes são rotuladas a partir de marcadores normativos e imperativos morais fortes que se busca barrar, com base em fronteiras simbólicas traduzidas em ações práticas, transações econômicas envolvendo essas pessoas, grupos e organizações. Dentro da “guerra cultural” bolsonarista, isso pode ser percebido em variados casos, como os citados anteriormente. “A mamata acabou”, diziam com louvor após outubro de 2018.

Esse processo de “marcação” do dinheiro por meio de categorias morais, o que Zelizer chamou de “categorias distintas”, pois que variam a partir da configuração que assume cada relação (Zelizer, 2011), é “uma prática relacional através da qual as pessoas performam o trabalho relacional” (Zelizer, 2012:158. Tradução minha). Também fazendo referência a este mesmo trecho, Kieran Healy diz que tal processo é uma maneira de criar, manter e sinalizar as diferentes relações implicadas em tipos diferentes de transações (Healy, 2013:2).

Voltando à questão da Fundação Palmares, Campos (2021), corroborando com a afirmação de Valter Silvério (Lima, 2020), chama atenção para outro aspecto prático o qual envolve tanto a relação hostil do bolsonarismo com a questão racial quanto interesses econômicos: a “redução acentuada de reconhecimentos legais de terras quilombolas, prerrogativa atual da Fundação Palmares” (Campos, 2021: 363). Desta forma, a “inação” também é uma forma de observar este trabalho prático.

Aqui, elencou-se questões específicas quanto à não-distribuição de recursos baseada em critérios discriminatórios, hostis, que desrespeitam cultural e simbolicamente variados grupos. Porém, isso é uma tarefa para quem se interessar por essa abordagem, tornando-se possível aplicar os pressupostos nos casos em que transações, bens, serviços e/ou acesso a recursos naturais, por exemplo, são possibilitados ou facilitados conforme relacionamentos amistosos e interesses mútuos.

Almeida (2021) lembra a aproximação entre setores religiosos apoiadores do Presidente e o Ministério das Comunicações (Fonseca & Correia, 2020), e a aproximação de setores religiosos com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Para ele, o estímulo dado às “missões evangélicas transculturais em territórios indígenas” ocorre “paralelamente aos interesses econômicos nos territórios”, os quais são “abundantes em madeira, minérios de ferro e terras para pastagem” (Almeida, 2021:413-415). Por sua vez, um relatório do Inesc (2022), citado anteriormente, também denuncia que os recursos à disposição da Funai para demarcação de terra indígenas têm sido estrategicamente utilizados não para sua finalidade, a demarcação, mas para pagar indenizações a invasores “de boa fé” que tenham construído estruturas em terras indígenas.

Almeida (2021) conclui, de modo a selar toda a discussão que fizemos até aqui, e a partir dos exemplos que ele próprio utilizou, que essas questões são uma demonstração da articulação de “pautas e interesses econômicos, morais, culturais, políticos e geopolíticos transversais”, podendo-se perceber “[...] uma configuração de atores, pautas e interesses econômicos [...] na estrutura burocrática do governo Bolsonaro” (Almeida, 2021:425). Superada a falsa cisão entre cultura, moralidade e agendas econômicas, o que

fizemos foi trazer o quadro teórico da sociologia econômica relacional para interpretar essas relações.

O contexto orçamentário da Fundação Cultural Palmares (2015-2020)

Na seção anterior, buscou-se demonstrar a relação entre o emprego de recursos públicos com as relações sociais, políticas e institucionais que caracterizaram o governo Bolsonaro, com o objetivo de reforçar a hipótese de que houve um controle moral do erário. Cabe, por fim, discutir outra hipótese: que além do controle moral dos recursos públicos, a fala de Camargo também demonstrou a agenda de austeridade fiscal daquele governo, aprofundada desde então, mas que também é herança da guinada à direita que o país sofreu após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Assim, cabe olhar a trajetória recente de aplicação dos recursos da FCP.

Gestores/as públicos/as possuem, dentro dos limites legais e a partir de disputas políticas, a prerrogativa de estabelecer agendas sociais e econômicas conforme seus projetos político-partidários. Corroboram com a análise e com a argumentação teórica que fazemos aqui o fato de que o orçamento público não é, tão somente, uma “peça técnica e formal” ou “instrumento de planejamento”. A correlação de forças sociais e as políticas atuantes na sociedade, em um dado momento, revelam que o orçamento público é uma “peça de cunho político”, baseado em “escolhas políticas” e sendo, portanto, “[...] utilizado como instrumento de controle e direcionamento dos gastos” (Oliveira, 2009 *apud* Salvador & Teixeira, 2014:17).

Tendo isso em vista, observa-se que, apesar dos avanços formais significativos nas últimas décadas, as políticas de promoção da igualdade racial encontram na execução orçamentária um real e grave entrave. Santos, Silva e Silva (2013) destacam, por exemplo, esta situação a respeito da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), hoje, Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR). Dal Rosso e Oliveira (2007: 438) fazem as mesmas observações: “[orçamento] reduzido, constantemente contingenciado e com baixa execução”, assim como também destacam a dificuldade enfrentada pelo espelhamento do órgão federal nas realidades locais, que são os órgãos municipais de promoção da igualdade racial (Moreira, 2022b, 2022c), imobilizados pela falta de orçamento, de infraestrutura etc.

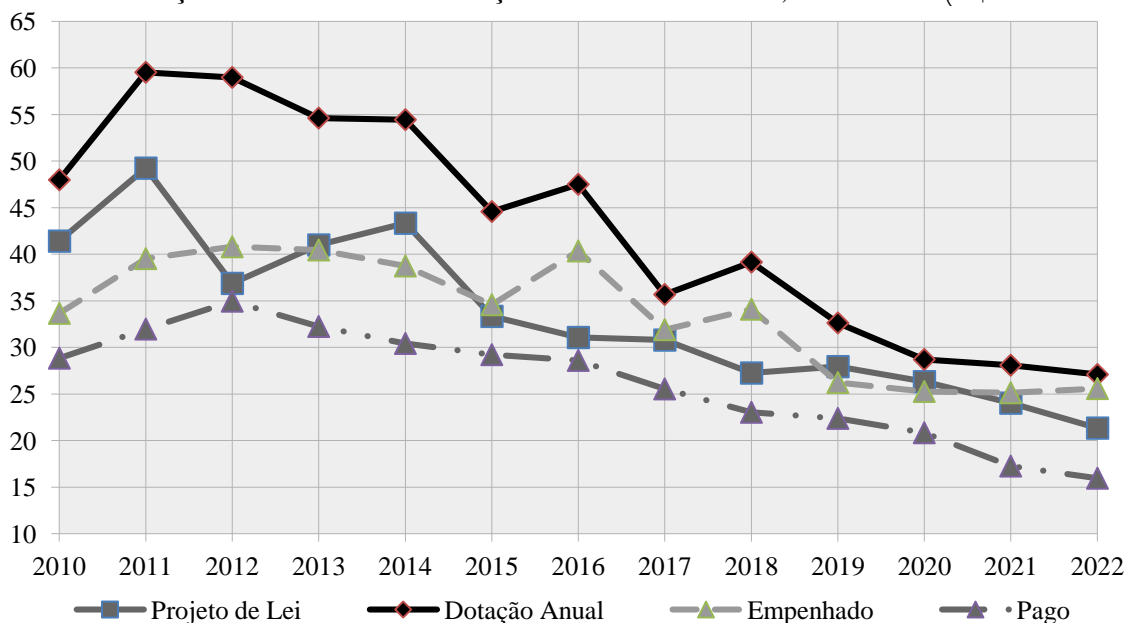
Aliás, sobre “baixa execução”, tem-se que destacar que se, por um lado a dotação orçamentária anual permite definir “[...] a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas”, por outro, a comparação entre o montante autorizado e o montante liquidado e pago “revela o ritmo da pretensão de cumprimento da LOA [Lei Orçamentária Anual] aprovada” e a “priorização de gastos governamentais” (Salvador & Teixeira, 2018: 18-19).

De igual modo, nos últimos anos a FCP foi afetada por uma redução de sua participação no orçamento público. Fazendo-se um recorte para o período entre 2010 e 2022, no gráfico 1, aponta-se que a tendência é de queda, tanto no orçamento previsto pela lei orçamentária quanto na dotação disponível no ano, tendo no ano de 2022 o

orçamento mais baixo da série histórica. Comparando-se o orçamento autorizado de um ano com relação ao ano anterior, no gráfico 2 se vê que a taxa de variação no período tem sido de 3,5% para baixo, em média. Apenas nos anos de 2016 e 2018, há pequenas exceções no ciclo de queda e, a partir de 2019, as taxas de redução vão se estabilizando e o orçamento continua sendo reduzido, mas menos acentuadamente.

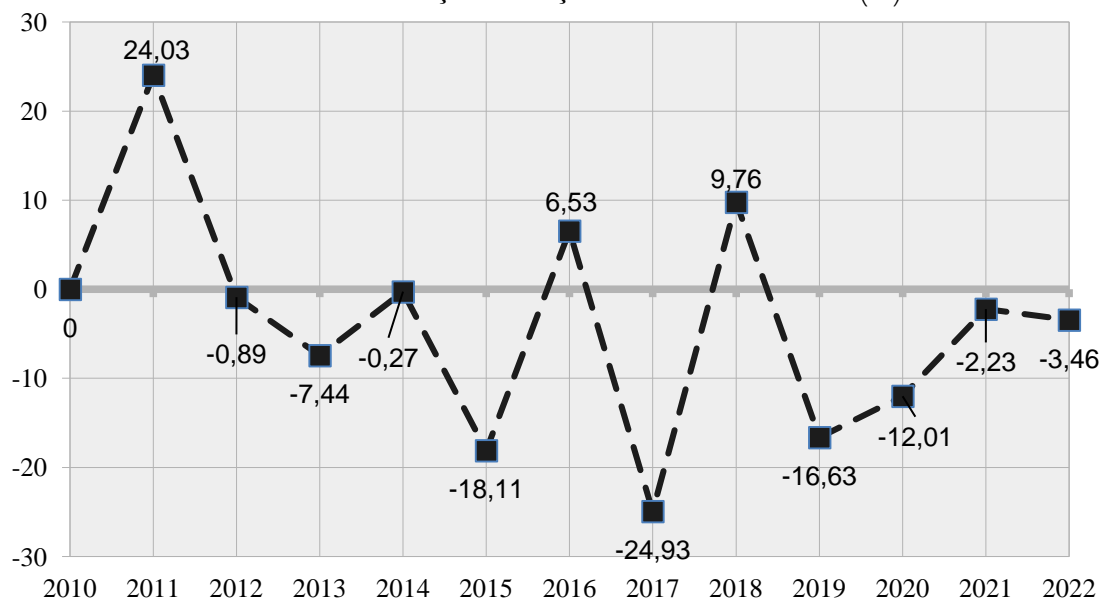
Tendo em vista os movimentos apresentados no gráfico 1, o que se pode inferir é que, nos momentos em que o orçamento cresce, o espaço fiscal para a execução de valores destinados a programas de fomento, incentivos e ações na área de cultura também se alargam – é o que nos mostram os gráficos 3 e 4. Os anos em que programas de fomento apresentam maiores taxas de participação no orçamento da FCP são, justamente, os anos de 2016 e 2018, no qual houve crescimento da dotação disponível em relação aos anos anteriores. À medida que a tendência de queda é confirmada nos demais períodos, a participação dos programas de fomento e políticas públicas no orçamento encolhem e a maior parte da destinação dos recursos são para pagamentos de salários e benefícios aos/às servidores/as e manutenção do órgão – vide gráfico 5.

Gráfico 1. Orçamento anual da Fundação Cultural Palmares, 2010-2022 (R\$ em milhões)



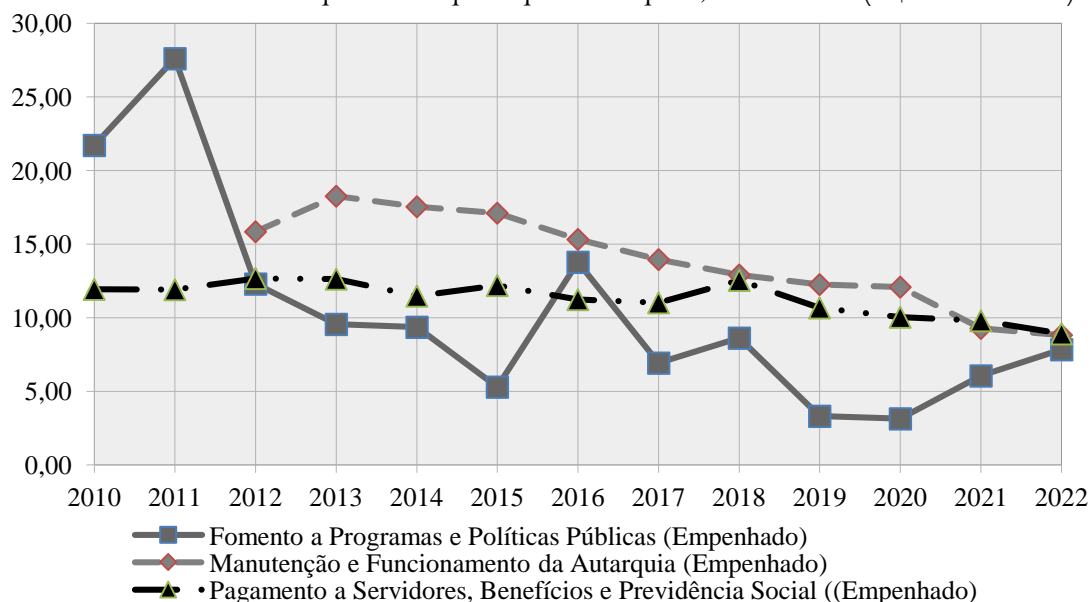
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).
Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (mês de referência: fevereiro de 2023).
Elaboração própria.

Gráfico 2. Variação no orçamento anual da FCP (%)



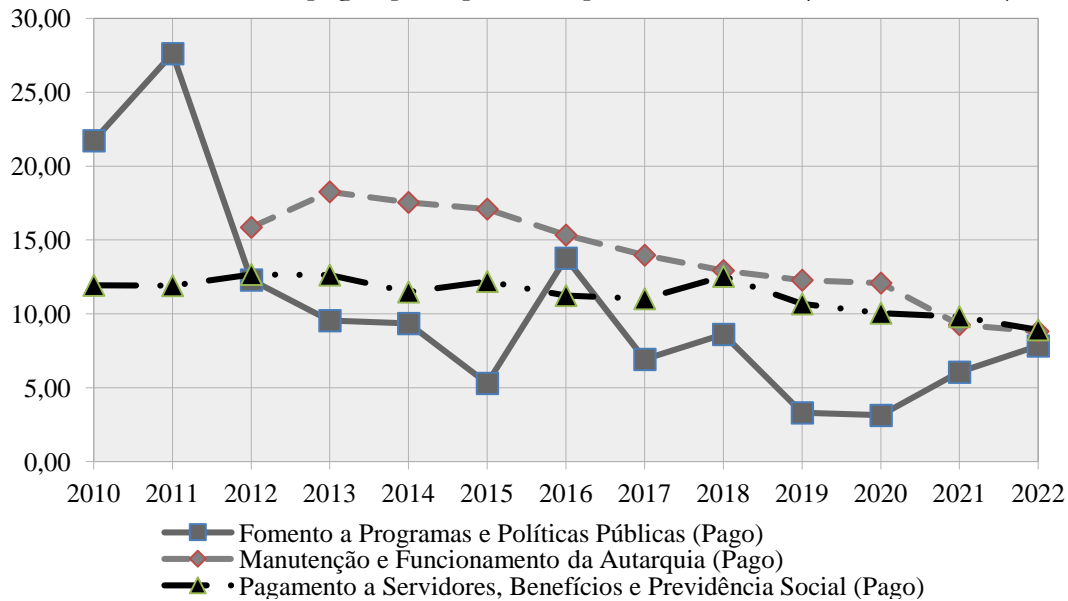
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).
Elaboração própria.

Gráfico 3. Valores empenhados por tipo de despesa, 2010-2022 (R\$ em milhões)



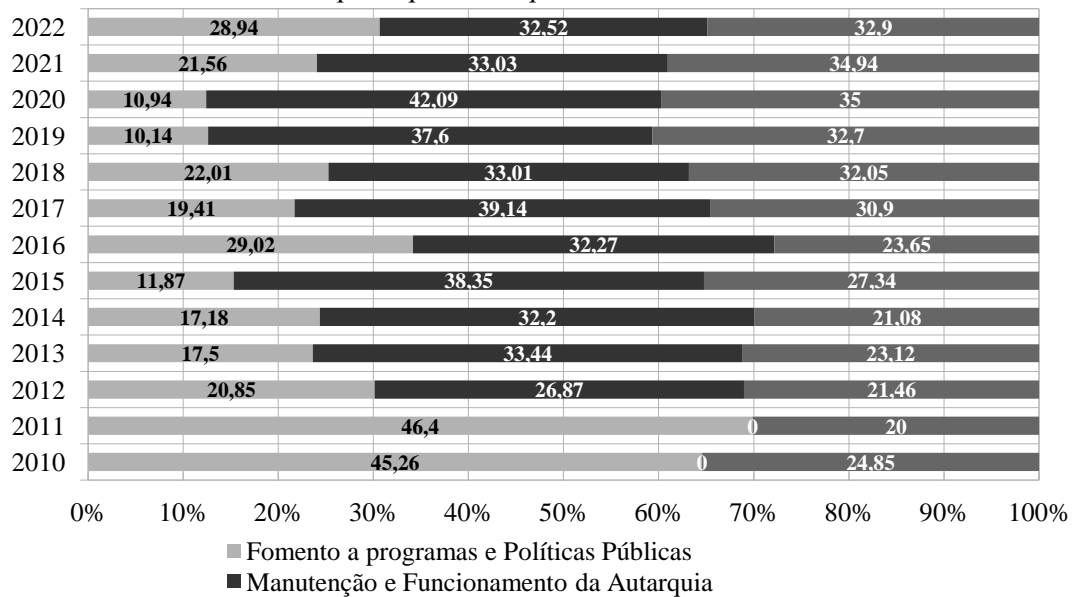
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).
Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (mês de referência: fevereiro de 2023).
Elaboração própria.

Gráfico 4. Valores pagos por tipo de despesa, 2010-2022 (R\$ em milhões)¹⁴



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).
 Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (mês de referência: fevereiro de 2023).
 Elaboração própria.

Gráfico 5. Percentual de valores empenhados em relação à dotação orçamentária anual por tipo de despesa, 2010-2022



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).
 Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (mês de referência: fevereiro de 2023).
 Elaboração própria.

14 Considerou-se que a organização e lançamento das despesas no sistema podem variar conforme mandatos presidenciais e sua respectiva estrutura administrativa, bem como os Planos Plurianuais (PPAs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) vigentes. Por esta razão, para definir os grupos de despesa, e considerando as limitações concernentes aos objetivos e escopo deste trabalho, adotou-se classificação por três tipos: 1. fomento a programas e políticas públicas; 2. pagamentos a servidores, benefícios e previdência social; 3. manutenção e funcionamento da autarquia. Despesa por despesa, a classificação observou a seguinte ordem de consulta: grupo de despesa > ação > objetivo.

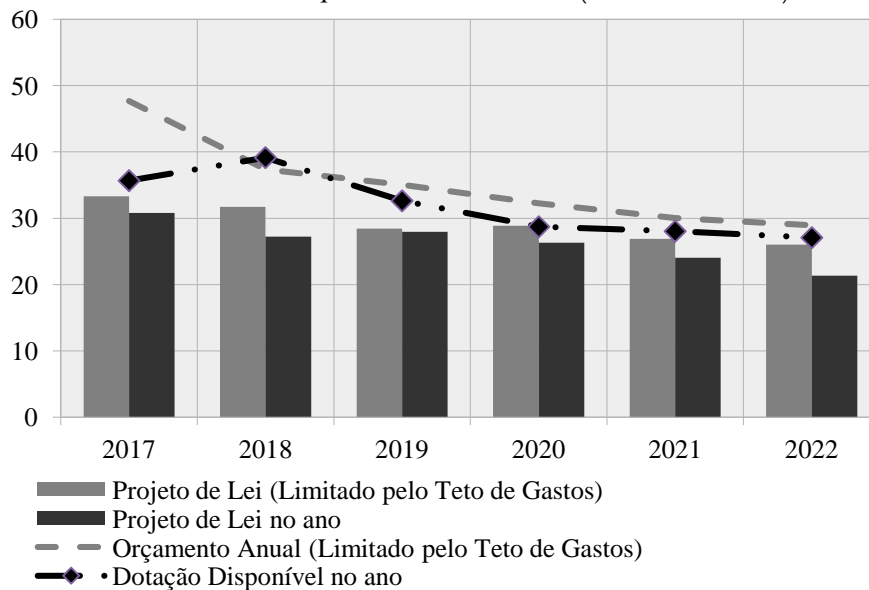
A FCP não é a única instituição formuladora de políticas sociais, especialmente de políticas públicas de igualdade racial e valorização da cultura negra, a ser alvo de cortes orçamentários. Estudos do Inesc (2022) mostram que as principais áreas acompanhadas pela instituição (saúde, educação, direito à cidade, meio ambiente, direitos dos povos indígenas, quilombolas, direitos para mulheres, crianças e adolescentes e igualdade racial) tiveram redução dos seus orçamentos entre 2019 e 2021.

A instituição ainda enfatiza a responsabilidade do “Teto de Gastos” (a Emenda Constitucional nº 95/2016, promulgada ainda no governo de Michel Temer) por essa redução e, no caso em análise, o gráfico 6 mostra, ainda, que o orçamento anual da FCP vem sendo disponibilizado abaixo do limite estabelecido pela regra fiscal. Porém, embora seja herdeiro desse novo regime fiscal, fruto da reconfiguração política e institucional do período 2015-2016, o governo Bolsonaro também tem responsabilidade direta com o “desfinanciamento” das políticas sociais.

Estudos do Ipea (2021a, 2021b) mostram que o Plano Plurianual (PPA) de 2020-2023, formulado pelo governo, retira da programação orçamentária termos como “desigualdades regionais”, “étnico raciais” e “gênero”, complementando que “a defesa dos direitos humanos passou a ter um foco: o amparo à família” (Ipea, 2021b:415), área ideológica estratégica para o governo. Uma outra estratégia do governo foi unificar todas as linhas de atuação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos em um único programa orçamentário: “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos”.

Além de refletir a caracterização ideológica da política fiscal, o estudo ainda destaca a dificuldade para monitorar e fiscalizar a atuação do MMFDH em políticas sociais específicas além de suscitar “[...] a invisibilidade das temáticas de gênero e raça” (Ipea, 2021b:418), preocupação reforçada também pelo Inesc (2022).

Gráfico 6. Orçamento previsto segundo as regras do Teto de Gasto e orçamento efetivamente disponível, 2017-2022 (R\$ em milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP).

Valores deflacionados pelo IPCA/IBGE (mês de referência: fevereiro de 2023).

Observação: a previsão do orçamento limitado pelo Teto de Gastos nos anos de 2017 a 2022 foi feita se observando o Art. 107, parágrafo 1º, Incisos I e II da Constituição Federal de 1988, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de Dezembro de 2016.

Elaboração própria.

Em complemento, em dezembro de 2022, já no apagar das luzes do governo Bolsonaro, o Ipea (2022) também disponibilizou um *policy brief* apontando que a falta de financiamento para políticas públicas segue não só a reconfiguração institucional do período pós-*impeachment*, em 2016, com a consolidação do ciclo de austeridade fiscal que, é importante frisar, iniciou-se ainda no governo Dilma II, como também se trata de um processo deliberado de desmonte de políticas públicas explicado, em parte, por questões ideológicas.

Pudemos observar a preocupação de Sérgio Camargo quanto ao controle da distribuição de recursos públicos e a sua fundamentação em uma hostilidade relacional e desrespeito cultural, transpondo lógicas morais e ideológicas ao uso do erário com a finalidade consciente e proposital de prejudicar os movimentos, organizações e as políticas públicas das quais discorda. Em se tratando de orçamento, Sérgio Camargo se preocupou em usar os recursos de sua pasta como arma contra seus adversários políticos, porém, o cenário já se encontrava bastante deteriorado quando ele assumiu a FCP, conforme os dados apresentados.

Considerações finais

O governo Bolsonaro significou uma série de desafios em um país com enormes dificuldades estruturais ainda por superar. Representando um real risco de fechamento do regime democrático e republicano, o governo aproveitou de diversos mecanismos para

coagir e ameaçar grupos adversários. Dentre tais, estão as estratégias de uso e ‘não-uso’ do orçamento público, desconsiderando evidências da importância de políticas públicas e fazendo do regime fiscal uma arma direcionada não a adversários, mas a “inimigos públicos”. Para discutir estas questões, usou-se como estudo de caso as declarações do ex-presidente da FCP, Sérgio Camargo.

Para entender estas questões, recorreremos ao conceito de “trabalho relacional” da sociologia econômica de Viviana Zelizer para mostrar que os conteúdos e os sentidos das relações sociais são fatores imprescindíveis aos processos econômicos. O “trabalho relacional” nos permite entender as ações práticas que são empenhadas nas disputas pela distribuição de recursos, bens e serviços públicos, recorrendo os indivíduos às possibilidades e às manobras limitadas juridicamente, politicamente, institucionalmente e estruturalmente para alcançar seus interesses econômicos. Essas práticas precisam ser justificadas e, para tal, faz-se uso de narrativas, histórias, sentenças morais e sentidos culturais que dão suporte às atividades econômicas e, ao mesmo tempo, voltam-se às próprias relações em si. Desta forma, a proposta de Zelizer nos pareceu ser a forma adequada de atingir nosso objetivo de conectar o evento observado numa teoria sociológica sobre a interação entre economia e sociedade, conectando as “guerras culturais” com as agendas de austeridade fiscal e lutas sobre recursos públicos.

Referências

- Abreu, Angélica K. de; Lima Júnior, Antônio T. (2020). “Igualdade Racial”, in IPEA, *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, IPEA, pp. 271-309.
- Agostini, Renata. (2019). “MEC cortará verba de universidade; UnB, UFF e UFBA já sofrem”. *Terra*. [Consult. 26-04-2021]. Disponível em <https://www.terra.com.br/>
- Almeida, Ronaldo. (2019). “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 38, n. 01, pp. 1-27. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500001>
- Almeida, Ronaldo. (2021). “A religião de Bolsonaro: populismo e neoconservadorismo”, in Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie (orgs.), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 409-426.
- Anderson, Perry. (2019). “O Brasil de Bolsonaro”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 01, pp. 215-256 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://novosestudios.com.br/produto/113/#5cf94175cfb6a>
- Avelar, Idelber. (2020). A rebelião do eles: léxico, morfologia e sintaxe do fascismo bolsonarista. *Estado da Arte*. [Consult. 15-08-2020]. Disponível em <https://estadodaarte.estadao.com.br/>
- Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie (orgs.). (2021). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, Autêntica.
- Bandelj, Nina. (2012). “Relational work and economic sociology”, *Politics & Society*, v. 40, n. 2, pp. 175-201 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0032329212441597>
- Bandelj, Nina. (2015). “Thinking about social relations in economy as relational work”, in Aspers, Patrik; Dodd, Nigel (orgs.), *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 227-251.

- Bandelj, Nina. (2020). “Relational work in the economy”, *The Annual Review of Sociology*, v. 46, n. 15, pp. 251-272 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-121919-054719>
- Bandelj, Nina. (2021). “The unexpected legacy of Charles Tilly: relational work, inequality, and economic sociology”. *Sociological Forum*, v. 36, n. 2, pp. 1-5 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/socf.12697>
- Barros, Ciro. (2020). “‘Quanto maior o colapso do governo, maior a virulência da guerra cultural’, diz pesquisador da Uerj”. *Agência A Pública*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj/>
- Betz, Hans-Georg. (2022). “Forty years of radical right-wing populism”, in Doval, G.; Souroujon, G. (orgs.), *Global resurgence of the Right: conceptual and regional perspectives*. New York, Routledge, pp. 7-41.
- Brasil. (1988). “Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988”, Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências. Brasília, Casa Civil.
- Campos, Luiz A. (2021). “‘Um só povo, uma só raça’: a questão racial nos dois primeiros anos de Bolsonaro”, in Avritzer, Leonardo; Kerche, Fábio; Marona, Marjorie (orgs.), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 359-374.
- Carvalho, Laura. (2020). “Como a economia brasileira ajudou a eleger Bolsonaro”, *London School of Economics*. [Consult. 15-01-2020]. Disponível em <https://blogs.lse.ac.uk>
- Cellard, André. (2014). “A análise documental”, in Poupart, Jean *et. alli*, *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, pp. 295-316.
- Centeno, Alison; Bringhamti, Taiane. (2021). “Os presidenciais no debate ideológico: análise de conteúdo dos programas econômicos nas eleições de 2018”, *Opinião Pública*, v. 27, n. 03, pp. 822-850 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273822>
- Cesarino, Letícia. (2019). “Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal”, *Revista de Antropologia São Paulo*, v. 62, n. 3, pp. 530-557 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>
- Cunha, Gustavo. (2021). “Funarte cita Deus e cantos gregorianos para vetar festival de jazz na Bahia”. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/>
- Dal Rosso, Sadi; Oliveira, Dijaci. (2006). “Alcance das ações de promoção da igualdade racial implementadas atualmente no Brasil”, in Brito, Antônio J. R. (org.), *FIPIR - Encontros do Brasil com a promoção da igualdade racial*. Fundação Friedrich Ebert, São Paulo, 2006, pp. 75-103.
- Domingos, Juliana. (2020). “Fundação Palmares: do discurso negacionista à paralisia do órgão”. *Nexo Jornal*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/>
- Defensoria Pública da União. (2021). “Pedido de tutela provisória no agravo interno em suspensão de liminar e de sentença 2.650 2020/039-00854”. [Consult. 14-03-2021]. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/dpu-afastamento-presidente-fundacao.pdf>
- Dutra, Roberto. (2020). “Nova base eleitoral expõe contradição da guerra cultural bolsonarista”, *Uol*. [Consult. 10-08-2020]. Disponível em <https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/>
- Estadão. (2020). “Presidente da Fundação Palmares chama movimento negro de ‘escória maldita’”. *Estadão*. [Consult. 12-03-2020]. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/>

- Estado da Arte. (2020). “Guerra cultural e retórica do ódio: um diálogo com João Cezar de Castro Rocha”, *Estado da Arte*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://estadodaarte.estadao.com.br/tres-perguntas-castro-rocha-dialogo/>
- Folha de São Paulo. (2019). “Governo suspende edital com séries de temática LGBT criticadas por Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*. [Consult. 26-04-2021]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/>
- Folha de São Paulo. (2020). “No Brasil não existe racismo, é coisa que querem importar, diz Mourão sobre morte de Beto Freitas em mercado”. *Folha de São Paulo*. [Consult. 28-04-2021]. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/>
- Fonseca, Bruno; Correia, Mariama. (2020). “Governo gastou mais de R\$ 30 milhões em rádios e TVs de pastores que apoiam Bolsonaro”. *A Pública*. [Consult. 27-04-2020]. Disponível em: <https://apublica.org/>
- Fórum. (2019). “Weintraub critica Talíria Petrone: ‘não existe povo negro, existe brasileiro de pele escura’”. *Fórum*. [Consult. 06-09-2020]. Disponível em <https://revistaforum.com.br/>
- Freitas, Guilherme. (2017). “A sociedade como campo de batalha”, *Revista Serrote*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.revistaserrote.com.br/2017/03/a-sociedade-como-campo-de-batalha-por-guilherme-freitas/>
- Freitas, Sara; Targino, Janine; Granato, Leonardo. (2021). “A política cultural e o governo Bolsonaro”, *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 01, pp. 219-239 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231672>
- G1. (2019). “Bolsonaro diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia”. *G1*. [Consult. 27-04-2021]. Disponível em <https://g1.globo.com/>
- G1. (2020). “Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, chama movimento negro de ‘escória maldita’ em reunião”. *G1*. [Consult. 12-03-2021]. Disponível em <https://g1.globo.com/>
- García, Alfredo. (2014). “Relational work in economic sociology: a review and extension”, *Sociology Compass*, v. 8, n. 6, pp. 639-647 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1111/soc4.12181>
- Gortázar, Naiara G. (2019). “Cidade de São Paulo anuncia um festival com as obras censuradas por Bolsonaro”, *El País*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/16/cultura/1571251636_581953.html
- Healy, Kieran. (2013). “Dealing with awkward relations”, *s. l., s. n.*
- Heringer, Rosana. (2002). “Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas”, *Caderno de Saúde Pública*, n. 18, pp. 557-565 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007>
- Heringer, Rosana. (2003). “Promoção da Igualdade Racial no Brasil: um objetivo democrático”, *Teoria & Pesquisa*, n. 42 e 43, pp. 285-301 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/>
- Hunter, James D. (1991). “*Culture wars: the struggle to define America*”. New York, Basic Books.
- IBGE. (2019). “*Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*”. Rio de Janeiro, IBGE.
- IBGE. (2022). “*Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*”. Rio de Janeiro, IBGE.
- Igreja, Rebecca L.; Negri, Camilo. (2020). “As ciências sociais brasileiras frente à ascensão da extrema-direita: uma reflexão urgente e necessária”. *Plural: Antropologías desde América latina y el Caribe*, v. 03, n. 06, pp. 35-69 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://asociacionlatinoamericanadeantropologia.net/revistas/index.php/plural/article/view/151>
- INESC (2022), “*A conta do desmonte - Balanço do orçamento geral da União 2021*”. Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos.

- IPEA. (2021a). “Igualdade Racial”, in *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, IPEA.
- IPEA. (2021b). “Igualdade de Gênero”, in *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, IPEA.
- IPEA. (2022). “Desmonte de políticas federais no Brasil”. *Policy brief EM QUESTÃO: Evidências para políticas públicas*, n. 21.
- Jaccoud, Luciana de B. (2009). “Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008)”, in Jaccoud, L. de B. (org.), *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília, IPEA, pp. 260-328.
- Lellis, Nelson; Dutra, Roberto. (2020). “Programmatic Crisis and Moralization of the Politics: a proposal to define the Bolsonarism from the experience with the Covid-19 Pandemic”. *International Journal of Latin American Religions*, n. 4, pp. 335-359 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s41603-020-00113-3>
- Lindsköld, Linnéa. (2015). “Contradicting cultural policy: a comparative study of the cultural policy of the scandinavian radical right”. *Nordisk Kulturpolitisk Tidsskrift*, v. 18, n. 01, pp. 8-26 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.idunn.no/doi/10.18261/ISSN2000-8325-2015-01-02>
- Marconi, Marina A.; Lakatos, Eva M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, Atlas.
- Mesquita, Gustavo. (2021). “The rise and fall of the anti-racism agenda in Brazil from Lula to Bolsonaro”. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 01, pp. 49-76 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/126311/174757>
- Ministério Público Federal. (2020a). “*Representação PFDC Nº 5/2020/PFDC/MPF*”. Brasília. [Consult. 12-03-2021]. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/>
- Ministério Público Federal. (2020b). “*Notícia de Fato nº 1.16.000.001574/2020-31*”. Brasília. [Consult. 12-03-2021]. Disponível em <https://apps.mpf.mp.br/>
- Ministério Público Federal. (2020c). “Após depreciação a Zumbi, PFDC pede que presidente da Palmares responda por improbidade”. [Consult. 12-03-2021]. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/>
- Minkenberg, Michael. (2017). “The radical right in public office: agenda-setting and policy effects”, in Mudde, Cas. (org.), *The populist radical right: a reader*. New York, Routledge.
- Moreira, Henrique R. (2021). “Formação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial”. *Nexo Jornal*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Forma%C3%A7%C3%A3o-do-Sistema-Nacional-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-Igualdade-Racial>
- Moreira, Henrique R. (2022a). “O controle de recursos públicos como dimensão da guerra cultural: o caso do edital Prodav”. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 53, pp. 263-308 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/60431>
- Moreira, Henrique R. (2022b). “Dez anos do Estatuto da Igualdade Racial: dados socioeconômicos dos municípios cadastrados no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, *Teoria e Cultura*, v. 17, n. 2, pp. 146-167 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/35296>
- Moreira, Henrique R. (2022c), “Raça e Estado: o caso da institucionalização do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir” in F. Rios, L. A. Campos e R. G. de Lima (orgs.), *Raça & Estado*. Rio de Janeiro, Eduerj, s/p.
- Mudde, Cas. (2019). *The far right today*. Cambridge, Polity Press.

- Mudde, Cas. (2021). “A direita radical populista: uma normalidade patológica”. *Em Tese*, v. 19, n. 01, pp. 1-26 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/81320>
- Negri, Camilo; Igreja, Rebecca L.; Pinto, Simone R. (2019). “Aconteceu também no Brasil’: a captura das redes de esperança pela extrema-direita”. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 03, n. 92, pp. 1-22 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.35305/rr.v3i6.92>
- Neves, Paulo S. da C. (2005). “Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 81-96 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300006>
- Nunes, Rodrigo. (2021). “Of what is Bolsonaro the name?”. *Radical Philosophy*, 2.09, pp. 3-14 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.radicalphilosophy.com/article/of-what-is-bolsonaro-the-name>
- O Globo. (2019). “Mec vai cortar verba de universidades que tiverem ‘baixo desempenho’ e fizerem ‘balbúrdia’”. *O Globo*. [Consult. 26-04-2021]. Disponível em <https://oglobo.globo.com/>
- Oliveira, Fabrício. (2009). “Economia e política das finanças públicas: uma abordagem crítica da teoria convencional, à luz da economia brasileira”. São Paulo, HUCITEC apud SALVADOR, Evilásio; TEIXEIRA, Sandra O. (2014). “Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica”. *Revista de Políticas Públicas*, v. 18, n. 1, pp. 15-32 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2681/700>
- Ortellado, Pablo. (2014). “Guerras culturais no Brasil”, *Le Monde Diplomatique*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://diplomatique.org.br/guerras-culturais-no-brasil/>
- Osório, Rafael G. (2021). “TD 2657 – A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas”. Brasília, IPEA.
- Ossandón, José. (2019). “Situating Zelizer: a beginners’ guide”. *Sociológica*, v. 13, n. 3, pp. 185-190 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://sociologica.unibo.it/article/view/10131>
- Pinheiro-Machado, Rosana. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo, Planeta do Brasil.
- Pinheiro-Machado, Rosana. (2020). “Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo projeto político, diz pesquisador’”. *The Intercept Brasil*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.intercept.com.br/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>
- Rios, Flavia; Campos, Luiz A.; Lima, Raquel G. de (orgs.). (2022). *Raça & Estado*. Rio de Janeiro, EDUERJ.
- Rocha, Camilo. (2020). “O declínio da Fundação Palmares sob as ações de seu presidente”. *Nexo Jornal*. [Consult. 14-03-2021]. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/>
- Rocha, João C. de C. (2020), “Introdução a ‘Guerra Cultural Bolsonarista – a retórica do ódio’”. *Estado da Arte*, São Paulo. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://estadodaarte.estadao.com.br/guerra-cultural-bolsonarista-retorica-do-odio/>
- Rodrigues, Mário V. (2019). “Azul e rosa definidos, falta o laranja (e chega de distração)”. *Gazeta do Povo* [Consult. 16-04-2020]. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/>
- Rydgren, Jens. (2007). “The sociology of the radical right”. *Annual Review of Sociology*, n. 33, pp. 241-262 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.33.040406.131752>
- Sakamoto, Leonardo. (2020). “De PIB da banana a golden shower: 8 cortinas de fumaça do governo Bolsonaro”. *Uol*. [Consult. 14-03-2021]. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/>

- Salgado, Carolina; Sandrin, Paula. (2021). “A ‘pink tide’ then a ‘turn to the right’: populisms and extremism in Latin America in the twenty-first century”, in Guilherme, Bettina de S. *et. al.* (orgs.), *Financial crisis management and democracy: lessons from Europe and Latin America*. Cham, Springer.
- Salvador, Evilásio. (2012). “Fundo público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil”. *Serviço Social em Revista*, v. 14, p. 4-22, pp. 4-22 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>
- Santos, Ana E. de C. dos; Silva, Josenilton M. da; Silva, Tatiana D. (2013). “Igualdade Racial”, in *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, IPEA.
- Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. (2019). “Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil”. *Colombia Internacional*, n. 99, pp. 151-186 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://journals.openedition.org/colombiaint/4899>
- Santos, Frederico R. C. Dos. (2020). “O que se entende por Retórica da Guerra Cultural”. *Revista Domínios de Linguagem*, v. 15, n. 01, pp. 180-227 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/52265>
- Sayuri, Juliana. (2019). “O que é guerra cultural. E por que a expressão está em alta”, *Nexo Jornal*.
- Silva, Franco A. (2020). “O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequências”. *Nexo Jornal*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>
- Silva, Tatiana D.; Silva, Suylan de A. M. (2019). “Raça, racismo e promoção da igualdade racial no Brasil: uma agenda para pesquisa e para intervenção”, in *Encontro da ANPAD*, 43, 2019, São Paulo, Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração.
- Silva, Tatiana D.; Calmon, Paulo D. P.; Silva, Suylan de A. M. (2021). “*Políticas públicas de igualdade racial: trajetórias e mudança institucional no governo federal de 2000 a 2014*”. Texto para discussão nº 2662. Brasília, IPEA.
- Silvério, Valter R.; Trinidad, Cristina T. (2012). “Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?”. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, pp. 891-914 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300013>
- Smelser, Neil; Swedberg, Richard (orgs.). (2005). *The handbook of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- Simon, Allan. (2020). “Weintraub: Odeio o termo ‘povos indígenas’; quer, quer. Não quer, sai de ré”. Uol. [Consult. 28-04-2021]. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/>
- Singer, André. (2021). “A reativação da direita no Brasil”. *Opinião Pública*, v. 27, n. 03, pp. 705-729 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- Solano, Esther. (2018). “Crise da Democracia e extremismo de direita”. *Análise N° 42/2018 do Friedrich Ebert Stiftung Brasil*.
- Superior Tribunal de Justiça. (2020a). “Suspensão de Liminar e de Sentença nº 2.650”. [Consult. 13-03-2021]. Disponível em <https://processo.stj.jus.br/>
- Superior Tribunal de Justiça. (2020b). “Corte Especial mantém nomeação de Sérgio Camargo para a Fundação Palmares”. [Consult. 12-03-21]. Disponível em <https://www.stj.jus.br/>
- Tatagiba, Luciana. (2021). “Desdemocratização, ascensão da extrema direita e repertórios de ação coletiva”, in Avritzer, L.; Kerche, F.; Marona, M. (orgs.), *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 441-452.
- Tilly, Charles. (2000). *La desigualdad persistente*. Buenos Aires, Manantial.
- Tilly, Charles. (2005). *Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Tilly, Charles. (2006). *Why? What happens when people give reasons and why*. Princeton, Princeton University Press.
- Venturini, Anna. (2021). Ensino superior público e cortes orçamentários: discricionariedade ou discriminação? *Nexo Jornal*. [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2021/Ensino-superior-p%C3%ABablico-e-cortes-or%C3%A7ament%C3%A1rios-discricionariedade-ou-discrimina%C3%A7%C3%A3o>
- Zelizer, Viviana. (1995). *The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, & other currencies*. New York, Basic Books.
- Zelizer, Viviana. (2005). *The purchase of intimacy*. Princeton, Princeton University Press.
- Zelizer, Viviana; Tilly, Charles. (2006). “Relations and categories”, in Ross, Brian; Markman, Arthur. (orgs.). *The psychology of learning and motivation*, v. 47. Elsevier Press, pp. 1-31.
- Zelizer, Viviana. (2009). “Dualidades perigosas”. *Mana*, v. 15, n. 01, pp. 237-256 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000100009>
- Zelizer, Viviana. (2011). *A negociação da intimidade*. Petrópolis, Editora Vozes.
- Zelizer, Viviana. (2012). “How I became a relational economist sociologist and what does that mean?”. *Politics & Society*, v. 40, n. 2, pp. 145-174 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0032329212441591>
- Zelizer, Viviana. (2020). “Viviana Zelizer receives honorary doctorate from Sciences Po”. *Economic sociology_the European electronic newsletter*, v. 21, n. 3, pp. 23-30 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://econsoc.mpifg.de/>
- Weintraub diz que não quer mais sociólogo, antropólogo e filósofo com dinheiro público. [S. l.: s. n.]. 2019. 1 vídeo (1 min 36 s). Publicado pelo canal Uol [Consult. 27-04-2021]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Z5zubrEQww8&t=55s>
- Wherry, Frederik. (2016). “Relational accounting: a cultural approach”. *American Journal of Cultural Sociology*, v. 4, n. 2, pp. 131-156 [Consult. 03-01-2024]. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1057/ajcs.2016.1>

Henrique Rodrigues Moreira



<https://orcid.org/0000-0002-0731-4315>



<http://lattes.cnpq.br/2758080401729889>

Doutorando em Ciências Humanas com ênfase em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Sociologia (PPGS/UFF) e Licenciado em Ciências Sociais (UFF/ESR). Bolsista CNPQ (processo: 404114/2022-9). E-mail: henriquerodm@gmail.com